

HABEAS CORPUS Nº 570.101 - PR (2020/0078195-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : PAULO ROBERTO SCARIOT
ADVOGADO : PAULO ROBERTO SCARIOT - PR081723
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ERITON JUNIOR DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERITON JUNIOR DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O paciente foi preso em flagrante delito em 11/12/2019 pela suposta prática crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, havendo conversão da prisão em flagrante em preventiva.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau, não trouxe, quando analisou os requisitos do art. 312 do CPP, nenhum elemento concreto apto a justificar a segregação preventiva. Sustentou ainda, a possibilidade de riscos à saúde do paciente em razão da pandemia do COVID-19.

Subsidiariamente, requer a aplicação das medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF.
FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE
DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente